

XVI Encontro Nacional da ABET
3 a 6/9/2018, UFBA, Salvador (BA)

Número e Título do Grupo Temático:

GT 08 – Trabalho e Educação

Título do trabalho:

SENTIDOS DA EVASÃO ESCOLAR NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL EM QUESTÃO: TENSÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO E O
ÊXITO E O FRACASSO.

Nome(s) do autor e coautores e as siglas de suas instituições:

DENISE BIANCA MADURO SILVA - UFMG

SENTIDOS DA EVASÃO ESCOLAR NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM QUESTÃO: TENSÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO E O ÊXITO E O FRACASSO.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é ampliar as análises sobre a educação profissional e a evasão escolar no ensino médio técnico. Baseado em Ball (1994; 2002a; 2002b), considera-se que os gestores são atores-chave para se aprofundar a compreensão dos debates presentes sobre a política educacional; em especial a política de educação profissional e a importância do combate à evasão escolar nessa modalidade, um tema carente de pesquisas (DORE, LÜSCHER, 2011; DORE et al, 2014).

Para a análise de caso no Brasil, aqui apresentado, fez-se a opção metodológica por focalizar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), em razão dos altos investimentos recentes do governo federal na referida Rede. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas federais no País. Entre 2003 e 2010, o Ministério da Educação construiu 214 escolas técnicas, previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional. Segundo o informe final de gestão do governo Dilma para o período de 2011 a 2014, apresentado ao Congresso Nacional em 2015, com a expansão, a Rede Federal passou a contar com 562 unidades em 512 municípios, gerando 600 mil vagas, com investimentos de R\$ 678 milhões apenas em 2014. Nesse contexto, cabe um olhar detido sobre as políticas públicas e programas levados à cabo pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC - para o combate à evasão escolar no ensino médio técnico na RFEPT.

A construção do presente trabalho apoia-se em análise documental e em entrevistas semi-estruturadas com 18 gestores¹ formuladores, coordenadores e implementadores dessas políticas, vinculados entre 2003 e 2016 à SETEC/MEC e à Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além de outros informantes chave. As entrevistas voluntárias, realizadas no segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017 em Brasília, foram gravadas, transcritas, enviadas aos entrevistados para conferência e, então, categorizadas para análise dos discursos com auxílio de software científico de pesquisa qualitativa, seguindo protocolos descritos em Creswell, 2007; Yin, 2011; Legard; Keegan; Ward, 2003. Como destacam Chouliaraki e Fairclough (1999), a análise do discurso permite “tornar estranho”, “olhar com lentes” esses discursos; e assim, no caso estudado, compreender melhor como o problema da evasão escolar no ensino médio técnico se constitui como tal nas políticas para a modalidade no período estudado e na RFEPT.

O presente trabalho apresenta as temáticas que foram recorrentes durante as entrevistas, explicitando os diferentes sentidos que permeiam o ensino médio técnico, ao se discutir a evasão escolar nesse nível de ensino e modalidade com os gestores. As crenças, conflitos, contrariedades, tendências e limites ficam expressos nas diferentes falas. A análise apresentada revela o terreno da política, os interesses do Estado, as prioridades e as disputas em jogo.

Palavras-chave: Evasão Escolar; Educação Profissional; Ensino Médio Técnico; Políticas Públicas.

¹ A coleta de dados se deu no âmbito da tese doutoral defendida em 2018 por MADURO SILVA (2018). As abordagens e os instrumentos metodológicos utilizados obedeceram aos procedimentos éticos estabelecidos para a pesquisa científica em Ciências Humanas.

SENTIDOS DA EVASÃO ESCOLAR NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM QUESTÃO: TENSÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO E O ÊXITO E O FRACASSO.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir de 2016, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino foram ampliadas, abrangendo quatorze anos de duração, indo dos 4 aos 17 anos de idade, conforme determinou a Emenda Constitucional 59/2009, passando a incluir o ensino médio. Este, paralelamente aos investimentos realizados nos últimos anos na educação profissional, passou a atrair o olhar dos interessados para a oferta em sua modalidade técnica. A educação profissional recebeu no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014) massivos investimentos. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas federais no País. Entre 2003 e 2010, o Ministério da Educação construiu 214 escolas técnicas, previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional. Além disso, outras escolas foram federalizadas. Segundo o informe final de gestão do governo Dilma para o período de 2011 e 2014, apresentado ao Congresso Nacional em 2015, com essa expansão a Rede Federal passou a contar com 562 unidades em 512 municípios, gerando 600 mil vagas, com investimentos de R\$ 678 milhões apenas em 2014. Percebe-se que se atribuiu ênfase na educação profissional técnica no Brasil, entre 2003 e 2015, investindo o governo federal em sua expansão e estruturação. Esses investimentos, no entanto, não significaram o desaparecimento do problema da evasão escolar. A obrigatoriedade do ensino médio e o aumento de sua cobertura na modalidade técnico-profissional têm relação direta com o tratamento dado ao problema da evasão escolar pelas políticas públicas.

Para Dussel (2009), em se tratando do ensino médio, há uma tensão entre a pretensão republicana igualitarista da escola para todos e a capacidade efetiva de realização desse ideal, que vai ser processada de maneiras muito distintas entre a realidade educativa e o discurso das políticas. No Brasil, a evasão escolar encontrada neste nível de ensino e na modalidade técnica ainda é um grande problema, em que pese aos investimentos realizados nos últimos anos.

Santos (2017), em estado da arte sobre as investigações em evasão escolar na educação profissional, encontrou que aproximadamente 80% de toda a produção acadêmica no Brasil sobre o tema encontra-se no âmbito de produção da Rede Ibero-Americana de Estudos sobre Educação Profissional e Evasão Escolar (RIMEPES). A partir das análises da RIMEPES, percebem-se como aspectos centrais para discussão sobre evasão escolar no ensino médio técnico: o sentido do trabalho (apontado como

principal fator associado à evasão) tanto nas propostas educativas nacionais e institucionais como na sociedade e na cultura; o sentido social do ensino médio - contraditório por ter uma função social compreensiva e, ao mesmo tempo, seletiva, com reflexos dentro da escola, que se associam a fatores institucionais de abandono, e, de mãos dadas com essa questão, sua dualidade, que segmenta a população, produzindo e reproduzindo desigualdades sociais; a incidência em educação das reformas neoliberais dos organismos mundiais; e a construção de políticas públicas, ações institucionais e atuação e formação dos professores em função do combate à evasão (DORE et al, 2014).

Os estudos de Dore e Lüscher (2011)² e Dore, Sales e Castro (2014) encontraram três formas predominantes de abordagem do problema da evasão nas pesquisas científicas:

- a) Fatores individuais: comportamento do aluno, atitude perante a vida escolar, convivência social com outros estudantes, professores e comunidade escolar, nível educacional dos pais e renda familiar, dentre outros.
- b) Fatores institucionais da escola: recursos da instituição, práticas pedagógicas, perfil do corpo docente e características estruturais da escola, dentre outros.
- c) Fatores do sistema: políticas públicas, mecanismos de retorno e práticas de estímulo à permanência e conclusão. Ou seja, são possibilidades formais do sistema.

Ainda sobre as formas de abordagem do problema da evasão, em revisão bibliográfica, pesquisadores da RIMEPES encontraram muitos estudos realizados no Brasil. A grande maioria se centra na educação básica (ensino fundamental e médio) e nos fatores institucionais e individuais, porém sem um olhar mais detido para a educação profissional. Dore, Sales e Castro (2014, p. 381-382) encontraram, em levantamento realizado na base de dados da Faculdade de Educação da Universidade de Minas Gerais, apenas cinco estudos sobre evasão no ensino médio técnico. Cada um versava conceitos distintos: como exclusão da escola, como abandono da escola ou desistência de prosseguir com os estudos, como abandono sem transferir para outra escola, como abandono a partir do primeiro mês de início do curso e como exclusão e esvaziamento do sentido da escola.

² Baseado em extensa pesquisa bibliográfica realizada na Faculdade de Educação da UFMG, que disponibiliza 100% das revistas científicas nacionais na área de educação.

Apesar da evasão escolar no ensino médio técnico ser um problema, há uma grande lacuna de estudos teóricos e de informações sistematizadas sobre evasão na educação profissional tanto no Brasil quanto em outros países (DORE; LÜSCHER, 2011). Isso se dá, entre outros fatores, pela falta de um conceito comum sobre o termo *evasão*, podendo se apresentar com diferentes entendimentos, como citado em Dore, Sales, Castro (2014) e exemplificado neste texto. Também colabora para a problemática a falta de incentivo para o registro da evasão, como argumentado por LaPlante (2014), acarretando a carência de registros estatísticos consistentes e uniformes. Para comparações internacionais, adiciona-se o problema da peculiaridade de organização da educação profissional em cada país.

A evasão escolar tem sido associada a situações muito diversas. Pode-se referir à retenção e repetência do aluno na escola; à saída do aluno da instituição; à saída do aluno do sistema de ensino; a não conclusão de um determinado nível de ensino; ao abandono da escola e posterior retorno. Abrange indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória, bem como o estudante que conclui uma etapa do ensino, mas se comporta como um *dropout* (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 150).

Conforme os estudos apresentados, a evasão escolar dos adolescentes e dos jovens da educação profissional, em especial no nível médio técnico, não é um fenômeno simples de análise, mas complexo e multifacetado, que, em face à obrigatoriedade desse nível de ensino e da expansão da modalidade técnica assistida entre 2003 e 2015, justifica uma pesquisa sobre as políticas públicas voltadas para combater o problema na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT).

Compreendendo que o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz, são priorizados os gestores de políticas públicas do governo federal para a educação técnica de nível médio no Brasil. Selecionaram-se para as entrevistas os agentes de governo que foram responsáveis pela execução dessas políticas entre 2003 e 2015. Considera-se que o caminho indicado pelos gestores para narrar as políticas e os programas de combate à evasão escolar aponta para um modo de gestão da temática e explicita a luta pelos sentidos que esta adquiriu institucionalmente entre 2003 e 2015.

MARCO TEÓRICO

O sentido discursivo das políticas educativas é uma construção histórica e política. Não se trata apenas de palavras, mas também de um conjunto inter-relacionado de crenças e normas que exprimem determinada direção dos sentidos atribuídos à

educação profissional na sociedade. Para Ball (2002a), os organismos internacionais se relacionam com os discursos políticos locais, na medida em que constroem as agendas políticas de globalização neoliberal. Essa nova ortodoxia, expressa pelos organismos internacionais como signo do pensamento neoliberal, segundo Ball (2002a), possui três componentes-chave: o controle mais direto sobre o currículo e a avaliação docente; a redução dos custos em educação por parte dos governos; e o incremento da participação da comunidade local na tomada de decisões, entendido como a pressão da clientela. Nos estudos de Ball, essa perspectiva macro da política convive também com a perspectiva micro das organizações. Ball (1994) especifica a micropolítica da escola como a conexão de três esferas da atividade organizativa essenciais e relacionadas entre si: interesses dos atores; manutenção do controle da organização; e conflitos ao redor da política, em termos gerais. Para Ball (1994), as teorias das organizações são por vezes, legitimadoras de certas formas de arranjo administrativos, que, em verdade, são ideologias que proclamam a racionalidade e a eficiência para conseguir o controle. O autor, analisando as organizações escolares, explora os modos como se dirigem, modificam, organizam e defendem as ideais que articulam as opiniões e perspectivas dos sujeitos, contribuindo para o desenvolvimento de uma teoria coerente para descrever e explicar as organizações. Em sua teoria, Ball (1994, p. 35, grifo do autor, tradução nossa) parte do entendimento das escolas, assim como das demais organizações, como campo de luta:

Considero as escolas, assim como praticamente todas as outras organizações sociais, *campos de luta*, divididas por conflitos em curso ou potenciais entre seus membros, pobremente coordenadas e ideologicamente diversas. Julgo essencial, se desejamos compreender a natureza das escolas como organizações, alcançar a compreensão de tais conflitos.

Os estudos de Ball centram a atenção nos controles do trabalho em relação às determinações das políticas, desconstruindo a noção de uma única abstração chamada “organização” e lançando luz sobre as variadas percepções dos indivíduos do que podem, deveriam ou devem fazer ao tratar determinado problema no âmbito das circunstâncias em que se acham. Ball toma em conta o lugar principal do conflito na relação com as ordens, os objetivos, os interesses e as ideologias dos membros da organização que dão como resultado a controvérsia ou a luta pelo controle da organização e das políticas. A política educativa, assim entendida, assume certo sistema de valores e de significados polissêmicos, vagos e instáveis, que irão mudar conforme as ações e os comportamentos dos sujeitos diretamente envolvidos (BALL, 2002b).

É nesse sentido, que se optou pela realização de entrevistas com gestores da RFEPT que se constituíram em importante recurso para melhor compreender os processos de produção das políticas. Admitir a existência de um *corpus* ideológico, no entanto, não significa defender que este *corpus* não está atrelado a uma realidade material. Ao contrário, é sobre esta base material, condicionada pela estrutura social, que se reproduzem as identidades institucionais. Essas institucionalidades estão fortemente condicionadas às políticas governamentais e aos interesses de grupos hegemônicos dominantes. Não se pode conceber, contudo, um modelo que não considere a ação política e histórica dos sujeitos em relação a essa mesma institucionalidade.

Assim para cada entrevistado, identificou-se o grau de envolvimento e de responsabilidade para com a formulação, coordenação e implantação das políticas voltadas para a educação profissional, especialmente relacionadas ao combate à evasão escolar no período em análise, sem a pretensão de contatar todos os possíveis envolvidos, mas trazendo depoimentos de personagens importantes em relação ao tema. Por meio das entrevistas, a política, desde sua formulação até sua implementação, ganhou novos contornos, em conformidade com o ambiente organizacional, se na coordenação geral no Ministério da Educação ou se na instituição escolar, permitindo a compreensão das dimensões macro e micro das políticas que se contrastam no texto deste trabalho, enfatizando-se o movimento da política.

No âmbito da micropolítica, faz-se luz a um conjunto inter-relacionado de crenças e normas que exprimem os sentidos atribuídos à política de combate à evasão escolar no ensino médio técnico, perceptíveis por meio: dos interesses destacados dos atores no Estado e na sociedade, das estratégias de manutenção do controle da organização, e dos conflitos ao redor da política. As percepções dos sujeitos do que podem, deveriam ou devem fazer ao tratar da evasão escolar no ensino médio técnico revelam como se dirigem, modificam, organizam e definem as políticas de combate à evasão no ensino médio técnico no âmbito central da organização estatal e da escola.

METODOLOGIA

Para a análise de caso, aqui apresentado, fez-se a opção metodológica por focalizar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), em razão dos altos investimentos recentes do governo federal na referida Rede, já mencionados. Nesse contexto, cabe um olhar detido sobre as políticas públicas e programas levados à cabo pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC - para o combate à evasão escolar no ensino médio técnico na RFEPT.

A construção do presente trabalho apoia-se em análise documental e em entrevistas semi-estruturadas com 18 gestores³ formuladores, coordenadores e implementadores dessas políticas, vinculados entre 2003 e 2016 à SETEC/MEC e à Instituição Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além de outros informantes chave⁴. As entrevistas voluntárias, realizadas no segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017 em Brasília, foram gravadas, transcritas, enviadas aos entrevistados para conferência e, então, categorizadas para análise dos discursos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) com auxílio de software científico de pesquisa qualitativa, seguindo protocolos descritos em Creswell, 2007; Yin, 2011; Legard; Keegan; Ward, 2003.

Destaca-se o alto grau de formação dos gestores brasileiros da educação profissional. Alguns entrevistados também ressaltaram sua formação anterior como técnico de nível médio, a qual, especificamente no caso brasileiro estudado entre 2003 e 2015, foi, em sua maioria, realizada na RFEPT. Com relação à experiência profissional prévia, destaca-se, até 2015 no caso brasileiro, a prevalência de gestores centrais com experiência de atuação, seja como gestor escolar ou professor, na própria RFEPT. Logrou-se um conjunto de entrevistados que representam os distintos momentos das gestões públicas da Educação Profissional e Tecnológica -EPT vividos entre 2003 e 2015; permitindo explicitar as disputas em torno dos processos institucionais de formulação até a implementação dos programas de combate à evasão escolar na educação profissional, em especial no ensino médio técnico, vigentes em cada contexto.

Como destacam Chouliaraki e Fairclough (1999), a análise do discurso permite “tornar estranho”, “olhar com lentes” esses discursos; e assim, no caso estudado, compreender melhor como o problema da evasão escolar no ensino médio técnico se constitui como tal nas políticas para a modalidade. O presente trabalho apresenta as temáticas que foram recorrentes durante as entrevistas no caso brasileiro, explicitando os diferentes sentidos que permeiam o ensino médio técnico, ao se discutir a evasão escolar nesse nível de ensino e modalidade com os gestores. As crenças, conflitos, contrariedades, tendências e limites ficam expressos nas diferentes falas. A análise apresentada revela o terreno da política, os interesses do Estado, as prioridades e as disputas em jogo.

³ Considera-se, com base em Duarte e Junqueira (2010), que os gestores são aqueles profissionais que se responsabilizam pela coordenação e articulação de ações com intraunidades escolares, e destas com órgãos de direção dos sistemas de ensino e com entidades e grupos sociais diversos.

⁴ A coleta de dados se deu no âmbito da tese doutoral defendida em 2018 por MADURO SILVA. As abordagens e os instrumentos metodológicos utilizados obedeceram aos procedimentos éticos estabelecidos para a pesquisa científica em Ciências Humanas.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise das entrevistas no caso brasileiro escolhido, trouxe como resultado principal a ênfase dos discursos na contraposição entre o público e o privado, e os entendimentos sobre o êxito escolar *versus* o fracasso escolar nesse contexto.

A evasão escolar na RFEPT é pauta da gestão na SETEC/MEC. Percebe-se nos gestores a preocupação com o tema, em especial com suas formas de aferição, destacando o monitoramento e a avaliação como a grande questão colocada quando se fala de evasão escolar. Bons resultados devem ser premiados e resultados negativos devem ser alvo de penalização.

Então, talvez seja o momento de a gente monitorar isso aí com mais detalhes, que acho que é a grande crítica que eu faço hoje disso é que foi investido muito dinheiro, porém a gestão e o monitoramento foram deixados meio que de lado. Então, nossos indicadores são falhos, inclusive na questão da evasão, e a gente precisa de uma vez por todas melhorar os nossos sistemas de controle, ter acesso aos sistemas de gestão acadêmica, para que a gente possa fazer análises e, enfim, definir novas políticas nessa área, e ter uma real noção de como está a nossa educação profissional e tecnológica (Organização, parágrafo 27).

Eu acho que nós temos que definir alguns indicadores de desempenho dentro da Rede e premiar aqueles que estão conseguindo ter um bom desempenho. Afinal, eles têm tudo para ter um bom desempenho e, digamos assim, penalizar aqueles que não tenham (Organização, parágrafo 57).

Enfatizando os resultados obtidos no combate à evasão escolar na EPT, os gestores estabelecem comparações com o sistema privado, em especial o Sistema S⁵, em detrimento do sistema público da RFEPT.

Eu acho que se você perguntar hoje no Brasil quem é referência de ensino técnico profissionalizante, não sei te dizer se o Estado é. Na verdade, acho que não é. Acho que talvez seja muito mais o Sistema S do que nós (Estrutura, parágrafo 49).

R1: E o Sistema S? Fica de fora? O Sistema S é um grupo muito fechado, que funciona muito bem. Os indicadores são bons. E as

⁵ Nos anos 1940 se dá início ao que é hoje o “Sistema S”, como um sistema privado, gerenciado pelo setor patronal, de formação da força de trabalho ligado às demandas produtivas, para atender o processo de desenvolvimento do país na era Vargas, com subvenção e tutoria estatal. Na atualidade, o Sistema S é o principal ente privado de formação profissional brasileiro e compõe-se por nove instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte (SENAT), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Todas recebem repasses de receitas proveniente de impostos para fins de capacitação e formação da mão de obra.

instituições privadas? Então, existe toda uma legislação que rege cada um desses sistemas (Política II, parágrafo 169).

Gestores entrevistados presentes no governo que vigorou entre 2003 e 2015 consideram a forma de contratação de professores da RFEPT, que garante estabilidade, um ponto em desvantagem no combate à evasão escolar, quando comparado com o modelo do Sistema S.

É possível perceber que o Sistema S, tem uma maior facilidade na questão de recursos orçamentários, na questão de contratação de pessoal. Por exemplo, se eu tenho um professor que não se enquadra no perfil, “Saudações!”. No serviço público, não. A gente tem que trabalhar aquela criatura enviada de Deus. A gente não consegue, muitas vezes, ter sucesso nesse trabalho que a gente faz. Às vezes... E aí, o que você faz com o servidor que passa num concurso, quando ele começa a atuar numa sala de aula, ele não tem condições de dar aula, não tem condições de tratar com o aluno? O que você faz com esse servidor? No Sistema S e na rede privada, não, ou você se adequa, ou tchau. Então, eu acho que isso é um entrave desfavorável para nós. É algo que a gente ainda tem que avançar. Eu não sei nem de que forma, porque, como é algo do ser humano, como é que você transforma uma pessoa, se você não tem o poder de fazer ela renascer, não é. Se é perfil, se é *feeling*, se é uma questão mais subjetiva da pessoa? Então, isso interfere na qualidade do nosso ensino (RH, parágrafo 201).

Para se compreender melhor a contraposição realizada por entrevistados entre o Sistema S, um sistema privado de educação profissional, e a RFEPT, uma rede pública, para se falar de melhores resultados no combate à evasão escolar, buscou-se entrevistar dirigente do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, integrante importante do Sistema S. Constatou-se que a evasão escolar tem indicadores oficiais menores, mas seu cálculo também é diferente e há várias possibilidades de reingresso dos estudantes.

A gente tem, independente de PRONATEC⁶, a gente tem esses processos no nosso glossário, tá? O primeiro ponto é: nós chamamos evadido para o SENAI é aquele que formaliza a sua saída. Ele foi na secretaria e falou: “Eu estou saindo do curso”, tá? PRONATEC tem outros conceitos, mas que tem, tem razão, porque o PRONATEC, o foco dele era política pública e controle financeiro. Então, tem que ter outras segmentações. Eu acho totalmente natural, tá? Tem aquele aluno que a gente vai acompanhando e ele falta mais de 25% do que está previsto para o semestre. E aí, vai, procura o aluno. O aluno, mesmo não formalizando, ele confirma que não quer mais estudar.

⁶ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, criado em 2011 pela Lei nº 12.513, e em parceria com outros Ministérios para identificação de demandas de formação técnica, ofertou 8,8 milhões de vagas em um intervalo de 4 anos (ainda que ofertando o técnico de nível médio, a grande maioria era de cursos de Formação Inicial e Continuada -FIC- de curta duração) e gastou cerca de 0,06% do PIB, investidos majoritariamente no setor privado, com destaque para o Sistema S.

Então, a cada semestre a gente faz esse registro, tá? O que nós trabalhamos, principalmente curso técnico, é evitar com que ele abandone, sabe, não vá lá formalizar. O ideal é que vá e tenha o processo de trancamento, né? Nosso papel de tentar ajudar, né? Quando a gente tem itinerário formativo, isso eu acho que ajuda muito, às vezes, ele fez dois semestres, ele já tem uma qualificação. Então, se está com dificuldade financeira, a gente fala: "Poxa! Eu não consigo te dar o diploma de curso técnico, mas eu te dou um certificado de qualificação técnica. Isso vai te ajudar a arranjar um emprego. Eu sei que hoje você não consegue estar pagando. Poxa! Começa a trabalhar, e aí você entra contraturno, você vem à noite".

P: E pode retornar?

R: Pode retornar, pode retornar!

P: Tem um prazo para retornar?

R: Tem. Depende da escola. Tem, mas esse prazo não é pequeno, não é pequeno, sabe. Eu te diria assim, dois anos, sem problema. Assim, tem escola que vai até cinco anos, tá? Mas isso tem autonomia da escola (Dirigente Sistema S, parágrafo 103 - 107).

São diferentes percepções sobre o que é o evadido, gerando um primeiro problema para comparações. No caso do Senai, há possibilidade de retorno em até cinco anos sem que o aluno seja considerado evadido, segundo a instituição de ensino. Cita-se nas entrevistas que o Sistema S tem baixa evasão, mas comparando o quê? Leva-se em conta o esforço de quatro anos em um técnico integral *versus* um ano e meio de um técnico concomitante⁷, a oferta mais comum no ensino médio técnico do Sistema S? Leva-se em consideração a carga horária envolvida? Leva-se em conta a "margem extra" para a conclusão, dada pelas várias possibilidades de retorno? Os formatos dos cursos com distintas possibilidades de trajetórias escolares na RFEPT e no Sistema S, a primeira por turma, e a outra por módulos, acabam influenciando os números relativos à evasão escolar. A forma como o número é tratado e como os cursos estão organizados gera indicadores diferentes para a evasão escolar. Como a RFEPT trabalha com um modelo de curso médio técnico em três ou quatro anos e prioritariamente integrado, no formato de turmas, tem-se um retrato diferente. Logo, a RFEPT tem desistências que ficam registradas, evidentes ao longo desse período. Num outro modelo de curso que não trabalha com disciplinas semestrais ou anuais e em que

⁷ O Decreto n. 2.208/97 estabelece a separação da educação profissional do ensino médio, permitindo suas articulações de forma concomitante, o que proporcionava habilitação profissional a alunos matriculados no ensino médio, ou na forma de educação continuada, o chamado "pós-médio" ou "sequencial", destinado a egressos do ensino médio. Apesar dos novos membros do Ministério da Educação a partir de 2003 criticarem os formatos dos cursos concomitante e pós-médio, os mesmos formatos se mantiveram na nova normativa, o Decreto n. 5.154/2004, que revoga o Decreto n. 2.208/97. Porém o novo decreto também retoma, como uma via possível, a educação profissional técnica de nível médio integrada, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da educação básica.

se podem ter entradas ao longo do percurso, não se pode contar a evasão escolar⁸ da mesma forma.

O dirigente do Sistema S entrevistado aponta que o PRONATEC aumentou os níveis de evasão no SENAI porque trouxe um outro público, com maiores carências. Os alunos viam a educação como forma de assistência proporcionada pelo Estado, e não pela formação, em conformidade com Miranda e Corica (2014), que apontam a educação como forma de refúgio das populações mais vulneráveis em busca de maiores garantias sociais. O entrevistado deixa claro que a preocupação do SENAI é com a formação profissional, e não com a desigualdade, que leva à evasão escolar do educando, associada à questões sociais e individuais. Na visão do gestor, para se contornar a evasão escolar, dever-se-ia ter maior apoio do Estado, articulando o SENAI - a seus aparelhos sociais. A evasão escolar é um problema de Estado, e não do SENAI, que forma para o setor produtivo. Para o entrevistado o negócio do SENAI é dar a formação demandada pelo mercado, sendo a educação profissional uma mercadoria e os alunos os clientes que devem estar aptos a pagar pelo serviço, com recursos próprios ou subsídio do governo, sem gerarem novos custos para a empresa educativa.

E com o Pronatec aumentou, porque tinha aluno que fazia o curso por questões financeiras, que buscava o lanche, o transporte... Não entendia a educação profissional. Aí ele acabava tendo uma evasão, ou um abandono ou uma reprovação, não é? (Dirigente Sistema S, parágrafo 87)

Outro ponto que eu acho que pode melhorar como política pública pensando em Pronatec é que [...], a gente é uma instituição de educação profissional. É óbvio que a gente se preocupa aí na permanência e no êxito, é óbvio, e a gente foca isso, mas existem públicos de vulnerabilidade, principalmente em política pública, que acaba exigindo um esforço maior, e que parcerias, como, por exemplo, aconteceu com o Centro de Referência de Assistência Social, os CRAS, sabe? Quando isso funcionava, mesmo os CRAS priorizando a formação inicial, porque quem cuidava do ensino médio técnico eram as secretarias de educação, mas quando isso funcionava bem, a escola do aluno concomitante com o SENAI, eles trabalhavam junto, nossa orientação profissional, nossa parte pedagógica, junto com a escola. Ah! Esse era o modelo ideal! Que tinha lugares que funcionavam perfeitamente. Tinha lugares que, por questões políticas, não queriam! Esse é um ponto que tem que ser destacado. Agora, não pode pensar em política pública que vai atingir pessoas com a vulnerabilidade maior, que não está errado, não está errado, mas precisa de parceria. Não tem porque o SENAI se preparar com a assistente social para poder fazer a inclusão social dessa pessoa, porque amanhã não tem! Não é o papel do SENAI. O negócio do

⁸ Na busca por maiores detalhes, consultou-se o Glossário Educacional do SENAC, onde “aluno evadido” é: “Aluno matriculado e que tenha assistido a pelo menos uma aula do curso, ou realizado uma atividade, no caso da Educação a Distância e abandonado o curso” (SENAC, 2010, p. 7). No entanto, não foi encontrada no documento definição para o que configuraria o abandono de curso.

SENAI é formar o profissional de acordo com o perfil que o setor produtivo identifique. E a gente, te falei já, a gente constrói o perfil profissional junto e avalia junto [com o setor produtivo]. (Dirigente Sistema S, parágrafo 91).

O alinhamento entre o setor público e o privado no que tange às políticas para a educação profissional no Brasil é uma construção que se viu plasmada no Estado desde os anos de 1930 (DORE, 1983). Essa questão do privado e do público na EPT se apresenta com diferentes nuances nos discursos dos gestores entrevistados. No âmbito do PRONATEC, alguns defendem que se precisa do privado e do Estado para ofertar toda formação profissional necessária ao País. Para alcançar esse fim, as divisões e distinções entre o público e o privado se esfumam.

O Pronatec, é a mesma coisa, eu acho que ele tinha uma lógica muito interessante, que era de fazer essa articulação, de fazer essa costura com os cadastros do Bolsa Família, com os cadastros do pessoal do seguro desemprego... Ele tinha todo esse desenho, que era uma demanda muito antiga dos sindicatos, dos movimentos dos trabalhadores, porque estava muito pulverizado na esplanada inteira. Você tinha curso de qualificação financiado pelo ministério tal, curso de qualificação financiado pelo outro. E, quando ele propõe isso [essa articulação], ele propõe uma racionalidade espetacular. Só que a disfunção dele, que era o financiamento de instituições privadas para oferta, já que a capacidade instalada do Estado, Estado brasileiro, a capacidade instalada dele não dava conta de responder. Então, acaba que precisa recorrer a outras, a outras formas, né? E ele recorre à iniciativa privada. E aí se cria uma disfunção, porque começa a incentivar a iniciativa privada com dinheiro público (Política I, parágrafo 56).

Mais recentemente, essas instituições, em função da própria realidade do Pronatec, começaram a conversar [...] Vejo isso como uma necessidade para que se possa falar da realidade da educação profissional brasileira. Do contrário, você sempre terá que fazer recortes entre a educação profissional brasileira pública e a educação profissional brasileira, eu diria, não pública. Não vou dizer necessariamente privada (Dirigente, parágrafo 12).

A gente tem que fazer um corte do que a gente chama de “rede privada”. Sistema S (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) tem uma legislação própria. Eles fazem parte do sistema federal, embora não sejam instituições públicas. Então, por exemplo, essa ação de acordo e gratuidade, não há investimento nela, mas as matrículas que são geradas com acordo com o MEC são contabilizadas. Então, há um aporte do sistema para isso. Dessas ações desenvolvidas, a gente pode separar a Rede e-Tec⁹. Até 2014, ela atendia exclusivamente as redes públicas federal e estaduais. Não atendia o Sistema S. Passou a ser atendida em meados de 2015. O Brasil Profissionalizado é exclusivamente das redes estaduais. O Pronatec, Bolsa Formação, que eu disse que era o majoritário, ele trabalhava com as Rede

⁹ A Rede e-Tec Brasil, conforme Decreto nº 6.301/ 2007 e Decreto nº 7.589/2011, baseada no ensino a distância, que oferece cursos na modalidade EPT gratuitos, realizados pelas escolas de ensino técnico (municipais, estaduais, federais) e universidades.

Federal, redes estaduais, fundações municipais e com o Sistema S também. Então, se a gente chamar o Sistema S de rede privada, existe uma quantidade de matrículas muito grande nessas redes. Privada, privada, quer dizer, o financiamento de vagas em instituições que não obedeçam ao artigo 240 [da Constituição Federal], seria, mais ou menos, cinco por cento das matrículas do Pronatec (Pronatec, parágrafo 35).

A própria Rede Federal está em movimento... Por exemplo, o MEC de hoje aponta num modelo de gestão que leva a um modelo mais próximo do SENAI. Ele tende a difundir um modelo pedagógico e conceitual mais próximo daquele que o SENAI pratica hoje (Planejamento/ Plano de Ação, parágrafo 47).

Eu acho que o Pronatec aproximou muito as redes públicas das redes privadas. E aí, levando em consideração que o Sistema S fazia parte do sistema federal de ensino, que o Sistema S entra como rede privada nessa conta, aproximou muito, aproximou muito. As redes, hoje, se enxergam mutuamente (Planejamento/ Plano de Ação, parágrafo 77).

Para além do Sistema S, um dos entrevistados destaca o interesse do mercado educativo internacional na educação profissional e aponta o risco que as ações fomentadas pelo Pronatec representam para a oferta pública.

Tem um fenômeno que a gente precisa ficar atento a ele, que o é seguinte: na medida em que se assinala, do ponto de vista pelo menos de política pública para fortalecimento dos sistemas privados de educação e aí o Sisutec¹⁰, que era uma iniciativa do Pronatec, colocou esse doce na boca das grandes corporações de ensino no Brasil, que é o seguinte: eu tenho um curso de Engenharia Mecânica numa escola, numa instituição, numa universidade privada que ocupa os laboratórios e os docentes e as salas de aula apenas em tempo parcial. O tempo ocioso desses laboratórios, salas de aula e docentes pode ser utilizado para oferta de curso técnico. Curso técnico de quê? De Mecânica, já que o curso é de Engenharia Mecânica. Essa lógica, que norteou o governo a propor o Sisutec para entrada das redes privadas e, com isso, elevar o número de matrículas em cursos técnicos do Pronatec, do programa, colocou um doce na boca das grandes corporações com muito potencial de investimento. Grupos do nível da Kroton, da Maurício de Nassau, gente grande, que tem ações na bolsa de valores e que enxergou aqui um filão de mercado educacional, que pode, num governo que aponte na direção de investimento no fortalecimento das redes privadas, criar aí uma dinâmica muito diferente dessa polaridade que existe entre Rede Federal e Sistema S, entendeu? Pode comer por fora, e aí ganhar o mercado e se fortalecer com a educação técnica, com recurso público, obviamente, mas também com cursos pagos e, nessa linha, os grandes grupos privados de educação. E aí, eles não participam de debate, percebe? Esses caras não conversam, não querem sentar com a Rede Federal, não querem sentar com o SENAI. Eles querem faturar. Então, é uma lógica um pouco perversa. Tem que estar atento a isso (Planejamento/ Plano de Ação, parágrafo 77).

¹⁰ Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica

Com o aumento do financiamento público para a oferta privada, uma oferta pública de educação profissional em rede própria estaria em xeque. Dois gestores apontam que a responsabilidade de oferta de educação profissional pelo Estado, em rede própria, seria apenas para quem não tem acesso: um Estado menor, atuando de forma focalizada.

Mas o meu papel não é ser o ofertante; é ser o determinante de quais são as carências, as demandas, fazer interlocução com a empresa, fazer interlocução com a sociedade, que é um efeito muito forte. (Pronatec, parágrafo 79)

Para mim, o Estado deveria ser o principal fator. Nós deveríamos ser referência. Por referência não entenda maior presença. Acho que a presença poderia ser menor, de repente. Acho que a nossa presença se faz por alguns fatores. Por exemplo, social, garantir o acesso a pessoas que estão em regiões afastadas, a pessoas de menores condições sociais. Então, nesse sentido, o papel de ofertar do Estado é essencial. Mas muito mais importante que isso no nível que nós pretendemos chegar é no papel de definir as diretrizes, é de ser o principal interlocutor entre o mundo do trabalho e o ensino. Nós precisamos ser a ponte entre uma coisa e outra. Nós precisamos mostrar os melhores caminhos. Então, acho que esses dois são os principais papéis do Estado: ofertar principalmente àqueles que têm alguma dificuldade social para ter acesso a isso; e corrigir distorções. Acho que um papel do Estado é corrigir distorções para não pode deixar tudo na mão do Governo do Estado, na mão do Sistema S. Tem que ter um ator que garanta a inclusão de todos, e acho que aí é o Estado (Estrutura, parágrafo 49).

São discursos também representativos da disputa por recursos públicos, nos quais reeditam-se instruções do Banco Mundial dos anos de 1990, como o autofinanciamento das instituições educativas de formação profissional.

Não necessariamente ampliação do orçamento. Eu acho que o orçamento que existe hoje é um bom orçamento, e o que a gente precisa é gerir. A gente precisa ser bom gestor, para otimizar esse orçamento, diminuir a nossa perda de orçamento, conseguir executar todo o orçamento que a gente tem e, por que não, começar a pensar na geração de receita própria. A gente tem várias ferramentas que podem ser utilizadas, como fundação de apoio, *endowment fund*, doações e parcerias com o setor privado, o que o Sistema S faz muito bem, por motivos óbvios. Então, tem muita coisa a ser feita ainda dentro da Rede, muitas barreiras ideológicas que precisam ser quebradas, mas que a gente vê que dá certo no mundo todo e aqui tem tudo para dar certo também. Basta que a gente comece a implantar isso e que os resultados comecem a aparecer, que a causa vai ser abraçada sem dúvida (Organização, parágrafo 45).

Na disputa por recursos e por sentidos para a política de EPT no Governo Federal, imprime-se um discurso negativo de que a educação pública não está alinhada ao mundo produtivo. Para alguns dos gestores entrevistados, o mesmo mercado

produtivo que tem interesse nos recursos públicos é que deve pautar e avaliar a qualidade da educação pública.

O Estado precisa quebrar essa barreira entre as universidades e os Institutos e o mundo do trabalho e as empresas. O Estado é a principal ponte nisso daí. Na inovação isso é ainda mais essencial, porque hoje no Brasil a que tem retorno de propriedade intelectual, de royalties é Campinas, que gera uns duzentos mil reais mais ou menos, quando a gente tem universidades lá fora, na Bélgica, por exemplo, milhões, universidades que são financiadas cem por cento por capital externo, hospitais universitários que são cem por cento bancados pelas empresas de equipamentos, por uma Siemens, por uma Philips. Equipam os hospitais. A IBM dando computadores a universidades. Por quê? Porque elas estão dando ali estrutura. Essa cultura não existe no Brasil. Existem algumas iniciativas pontuais. Pernambuco, por exemplo, tem um polo de tecnologia da informação muito forte. Na universidade de Pernambuco, existem prédios dentro dela que você só entra com cartão. São prédios construídos pela iniciativa privada. Existem prédios da Motorola, tem um laboratório da BlackBerry, Microsoft... Todas elas têm instalações dentro da universidade, bancadas por elas. Os alunos ali têm equipamentos bancados por eles, por essas instituições, por essas empresas. Mas isso são casos pontuais no Brasil. Existe em Campinas, existe ali no Pernambuco, existe em Minas Gerais, mas são pontuais. A gente tem institutos que têm parceria com a Cemig, em Minas que desenvolvem indústrias fotovoltaicas. Mas, são casos pontuais. Então, para mim, o Estado precisa ser o principal ator de ligação entre uma coisa com a outra, o principal incentivador, criando regulamentação, criando leis, diretrizes, abreviando burocracia, no sentido de diminuir o *gap*. Na verdade é um fosso que existe entre os dois mundos. Para mim, quem tem que construir a ponte e fechar o fosso é o Estado (Estrutura, parágrafo 115).

Não adianta a gente fechar os olhos e os ouvidos e achar que só porque o pessoal que está na ponta é professor e estudou para ensinar que a gente não precisa ver a demanda de quem está lá na ponta ralando e que está também se arriscando. Querendo ou não, para mim, o maior trabalho social que existe é você abrir uma empresa e, a partir daí você dar trabalho, dar, enfim, toda a condição necessária da pessoa se desenvolver como ser humano. (...) A gente tem empresário, a gente tem alunos aqui do outro lado. O que a gente precisa é ouvir a demanda dos empresários, adaptá-las para os nossos ambientes (Organização, parágrafo 75).

Nesse último trecho, para o entrevistado, dignificar o cidadão é “dar uma renda”. Assim, o empresário faz o maior trabalho social, que é “dar o emprego”. Essa visão volta a negar a luta de classe ao se falar do mundo do trabalho e representa uma manobra discursiva em contra ao público.

Não havendo distinção entre o público e o privado, estando os fins da educação profissional ligados apenas à produção de mão de obra, prevalece a qualidade da educação profissional ofertada como norte, mas sem se questionar sobre que qualidade

se está buscando; o que está conectado com o sentido da educação profissional ofertada.

O Brasil, ele sempre conseguiu lidar, desde a sua primeira Constituição, das discussões que houve no início do século ainda e no período da escola nova, [com] essa discussão em relação a público e privado. É uma questão vencida. Eu acho que esse não é um ponto que atrapalhe ou que ajude o Brasil. Acho que as decisões de governos com visões mais voltadas para a dimensão neoliberal ou mais voltada para uma dimensão social, sempre foi levando as discussões para “onde as políticas públicas devem investir os recursos públicos”. Acho que a questão central está no fator “qualidade”. Nós não podemos admitir é que não se tenha qualidade, quer seja num recurso que é investido para uma instituição pública, quer seja no recurso que está sendo tratado, seja das famílias, seja com subsídio governamental, na instituição privada. (Dirigente, parágrafo 6).

As disputas pelos sentidos da educação profissional e da evasão escolar se atualizam em um Estado marcado pelos interesses privados em detrimento do público. O discurso sobre evasão escolar entre os gestores surge nesse contexto de embate de forças sobre o sentido e a necessidade da educação profissional de oferta pública e privada. Evasão escolar se torna sinônimo de *fracasso da instituição escolar*, que, por sua vez, tem seu antônimo no termo *êxito*, e o êxito da trajetória escolar dos estudantes é entendido como representativo de uma instituição de sucesso, uma rede de sucesso. O uso do sentido do êxito para as instituições privadas e do fracasso para as públicas ao se falar de evasão escolar justificam, nos discursos sobre as políticas públicas, os investimentos do Estado em uma ou outra rede. Esse jogo entre sinônimos e antônimos foi encontrado nas entrevistas, às vezes de forma contraditória.

Discursos levantados por gestores ligados à ação do PRONATEC enfatizam que o êxito da política de EPT, em contraposição ao tema da evasão escolar, relaciona-se à qualificação que leva à inserção no mundo produtivo. Por outro lado, quando aplicado à RFEPT, no âmbito da gestão central, a evasão escolar é associada ao fracasso da instituição escolar, enfatizando-se em suas estratégias na última década ao quantitativo da evasão e não a entender quando e por quê evadem.

[...] os anos de experiência de execução do Pronatec me trouxeram uma visão muito clara a respeito da evasão na educação profissional: O que seria? Qual o parâmetro que a gente utiliza hoje para medir a evasão na educação profissional: Número de concluintes *versus* número de ingressantes? Quantos concluintes existem em razão dos ingressantes? Seria um número absoluto completamente perigoso para a educação profissional, porque, diferente da propedêutica do ensino regular, aquele ensino tradicional, a educação profissional ela te traz um conhecimento técnico aplicável de imediato. Então, nosso aluno, se ele participou da primeira aula, da segunda aula, da terceira aula, os conhecimentos técnicos adquirido, eles vão ter aplicabilidade

imediate e pro resto da vida. Então, esse aluno, necessariamente, mesmo que ele tenha participado de três dias de aula, ele pode ser absorvido pelo mundo do trabalho e renda e desistir do curso porque aquela parte que ele já cursou já lhe foi suficiente, e ele de repente, ou por uma questão de horário, ou por uma questão de não compatibilizar mais com a oferta do curso, ele desiste do curso em razão do emprego. E isso é evasão pra gente? Talvez não seja, porque o conhecimento técnico, que é a razão da oferta do curso, foi passado e possibilitou a esse aluno ingressar no mundo do trabalho e renda (Bolsa Formação, parágrafo 2).

As questões qualitativas, elas são muito determinantes nisso. Então, um curso técnico, por exemplo, onde os módulos de um curso técnico eles são feitos de maneira que o aluno consiga uma certificação intermediária de um curso FIC (Formação Inicial Continuada), de uma carga horária pequena. Então, esse aluno, ao longo da sua trajetória de estudos num curso técnico, ele já se forma profissional em várias áreas do mesmo eixo, e isso não impediria esse aluno de arrumar um emprego no meio do curso e abandonar o curso técnico. Para o curso técnico ele seria um evadido, se a gente fosse tratar ele como um número absoluto, mas para o mundo do trabalho e renda e a finalidade da educação profissional, que é preparar esse cidadão para o trabalho e renda, essa evasão não pode ser considerada, porque o objeto da educação profissional foi atendido: a inserção no mundo trabalho e renda (Bolsa Formação, parágrafo 2).

Se hoje, como gestor [...], você me perguntar: “A evasão da formação profissional é alta?”. Eu te digo: “É zero”. Aí você me pergunta: “Por quê?” - “Porque todo o conhecimento técnico adquirido é aplicável de imediato”. Então, meu objetivo de educação profissional foi atingido. Eu preparei o cidadão para uma formação profissional. Essa formação pode não ter sido completa, mas o conhecimento adquirido é aplicável de imediato. É diferente da propedêutica que eu tenho que passar por etapas de avaliação. (Bolsa Formação, parágrafo 4)

O êxito acadêmico, da instituição escolar e da RFEPT é trazido por entrevistados em relação ao tema da evasão escolar, conectado a um discurso de que o aluno pode ter largado o curso porque entrou para o ensino superior, via Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. “Sendo assim, ele não é um aluno evadido”, não é um “fracasso escolar” ou um “fracasso da instituição” ou “fracasso do sistema de ensino”. Representa, sim, um “sucesso escolar”, o “êxito escolar”, signo da boa qualidade da formação dada pela RFEPT. Um discurso de sucesso, impetrado principalmente por aqueles gestores que estão ou estiveram na prática docente da instituição escolar, o que se relaciona a uma identidade histórica de rede federal de educação profissional e também, como argumenta Fanfani (2009), ao fato da maioria dos agentes escolares terem dificuldade em reconhecer a eficácia dos fatores escolares na produção do abandono.

[...] mas a nossa iniciativa era um pouco por se preocupar mesmo, que a gente entrava com uma turma de 40 alunos no curso técnico e formava-se 4 ou 5. [...] Quando eu digo formar, é ele tirar o diploma, porque tem muitos alunos que vão até o quarto ano, mas não emite o diploma. Então, não houve evasão. Ele não emitiu o diploma. Fez o

ENEM, foi embora e pronto. E ficou lá, não terminou, não fez estágio, não fez isso, aquilo. Então, evade, é considerado evadido, porque não teve o diploma emitido (Regulação, parágrafo 132).

Aqueles alunos que saem pelo ENEM, na verdade, ele é aluno que cursa, principalmente, o integrado [...] A qualidade do ensino na rede federal [...] não tem discussão. Os dados do ENEM apresentam que é uma rede de qualidade, que apresenta um ensino para o aluno capaz de parrear o aluno público com o aluno da rede privada. Então, a qualidade é indiscutível (Comissão Permanente de Permanência e Êxito / Sistemas, parágrafo 137).

É inegável que os Institutos Federais são a elite educacional brasileira. Isso não é a questão de falsa modéstia ou de dizer vaidade; é uma questão de reconhecimento nacional e internacional. Os exames do ENEM, os exames do PISA¹¹, embora eu não concorde com a forma como eles apresentam os resultados, eu acho que são indicadores deste reconhecimento. A forma como os nossos alunos, os nossos egressos se colocam no mundo do trabalho é uma forma de... Se você comparar dois meninos que saíram da mesma escola no fundamental, da mesma creche, e ingressaram juntos aqui, foram juntos para graduação, você vê que a carreira dele é similar. Agora, você pega dois que tiveram a mesma trajetória até o fundamental, aí um vem pra cá, o outro vai pra uma escola convencional. A trajetória com raras exceções, é diferenciada. Aqui o aluno tem oportunidade de entender o papel da educação e de construir carreira (Reitor, parágrafo 33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram apresentadas duas visões muito distintas sobre o significado da evasão escolar na educação profissional presentes no discurso dos gestores: uma positiva, ligada à inserção no mercado produtivo e à atuação da iniciativa privada; e outra negativa, ligada à formação ofertada pela rede pública de ensino considerada desconectada do mundo produtivo. Ambos os posicionamentos, presentes nos discursos dos gestores das políticas públicas de educação profissional no Brasil, demonstram como o Estado e a escola podem ser campos de batalhas na luta pela direção das políticas e seus sentidos.

A falta de consenso sobre o que é evasão escolar permite que o tema seja usado como signo de sucesso ou de fracasso das redes de ensino técnico-profissional públicas, servindo como justificativa para a reedição dos discursos das políticas públicas neoliberais, que se propõem a ações restritivas às redes públicas, ao mesmo tempo em que favorece a iniciativa privada. Por meio das entrevistas aos gestores, percebe-se que o discurso sobre evasão escolar na RFEPT, sem dados confiáveis, é ressignificado na luta por recursos públicos para políticas em educação profissional, contrapondo iniciativa pública e privada, reeditando discussões presentes no Estado brasileiro desde os anos 1930 (DORE, 1983).

¹¹ Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

Reconhece-se que os recursos públicos são escassos e que necessitam de aplicação estratégica, avaliando constantemente eventuais desperdícios. No entanto, cabe também atentar para o sentido da avaliação e da gestão levada à cabo, dado que não são estas apenas “técnica” e “imparcial”, mas também são campos de luta pelo poder dentro do Estado e na sociedade. O que se pergunta para o entendimento das políticas públicas de combate à evasão escolar na EPT é a quais interesses essa avaliação atende: à manutenção ou diminuição das desigualdades educativas e sociais? A integração da educação profissional com as necessidades do mercado de trabalho para o desenvolvimento econômico, com aumento da produtividade e ampliação da capacidade do país de competir no mercado internacional, é um ideal importante a ser seguido para as políticas de EPT, mas não representa a totalidade de seus sentidos quando se busca promover uma educação integral. Para tanto, reconhece-se o valor educativo do trabalho e do trabalhador na produção material e simbólica da existência humana e da escola como local e instrumento da luta por hegemonia, ou seja, da construção de uma sociedade alternativa, mais justa e igualitária.

Existem problemas nos modos de produção de dados quantitativos e de definição de um conceito e um sentido comum para a evasão escolar no ensino médio técnico, o que a invisibiliza em sua origem e fatores envolvidos, comprometendo os indicadores e as políticas públicas pensadas. Sem informações baseadas em pesquisas e levantamentos confiáveis, os sentidos impressos às políticas ficam sujeitos aos interesses difusos na sociedade. Os discursos dos gestores apresentam a disputa pelo caráter público ou privado da educação profissional e para a seletividade. Ambos destaques têm consequências diretas para a capacidade das políticas públicas de diminuição das desigualdades educativas e cumprimento dos mandatos universalistas para o ensino médio e expansionista para a educação profissional presentes entre 2003 e 2015 no país. A evasão escolar no ensino médio técnico permanece um problema complexo, carente de pesquisas e pendente de soluções.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BALL, S. J. Grandes políticas, un mundo pequeño: introducción a una perspectiva internacional en las políticas educativas. In: NARODOWSKI, M. (Org.). **Nuevas tendencias en políticas educativas**: Estado, mercado y escuela. Buenos Aires: Granica, 2002a. p. 103-128.

BALL, S. J. **La micropolítica de la escuela**: hacia una teoría de la organización escolar. Tradução de Néstor Míguez. Barcelona: Centro de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia y Ediciones Paidós. 1ª reimpresión, 1994.

BALL, S. J. Textos, discursos y trayectorias de la política: la teoría estratégica. In: **Revista Páginas**. Córdoba: Esc Cs. Educ., FFyH – UNC, n. 2 y 3, 2002b, p. 19 - 33. (Traducción Estela M. Miranda). Disponível em:

<<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/pgn/index>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press , 1999, 168 p.
- CRESWELL, J. W. Procedimentos qualitativos. In: CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 184-210.
- DORE, R. **Formação de técnicos de nível superior no Brasil**: do engenheiro de operação ao tecnólogo. 1983. 342 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1983.
- DORE, R. S; et al. (Org.). **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: Instituto Federal de Brasília, 2014
- DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. C. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. **RBPG**, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147-176, dez. 2011.
- DORE, R.; SALES, P. E. N. Reflexiones sobre la metodología utilizada en la investigación de la evasión estudiantil en las escuelas técnicas de nivel medio en Brasil. In: Congreso Internacional Epistemologías y Metodologías de la Investigación en Educación, 2014, Ciudad de México. **Anais...** Ciudad de México: AFIRSE, 2014.
- DUARTE, M. R. T.; JUNQUEIRA, D. S. S. Gestor educacional, gestor escolar. In: OLIVEIRA et al. **Dicionário de trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2010, p.14. CDROM.
- DUSSEL, I. La escuela media y la producción de la desigualdad: continuidades y rupturas. In: TIRAMONTI, G.; MONTES, N (Comp.). **La escuela media en debate**: problemas actuales y perspectivas desde la investigación. Buenos Aires: Manantial/FLACSO, 1ª ed. 2009. p. 39-52.
- FANFANI, E. T.(Coord.) **Abandono escolar y políticas de inclusión en la educación secundaria**. Buenos Aires: Programa Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD, 2009. Disponível em: <http://www.oei.es/pdf2/abandono_escolar_politicas_inclusion.pdf>. Acesso: 17 nov. 2017.
- LAPLANTE, M. D. A epidemia da evasão escolar nos Estados Unidos: estratégias com impacto sobre a melhoria dos índices de formação e de oportunidades para manter viva a luta para acabar com a epidemia da evasão escolar. In: DORE, R.; ARAÚJO, A. C; MENDES, J. S. (Org.). **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: Instituto Federal de Brasília, 2014. p. 437- 462.
- LEGARD, R.; KEEGAN, J.; WARD, K. In-depth interviews. In: RITCHIE, J.; LEWIS, J. (Org.). **Qualitative research practice**: a guide for social science students and researchers. London: Sage, 2003. p. 138-169.
- MADURO SILVA, D. **Estudo Comparado sobre Evasão Escolar na Educação Profissional - Brasil e Argentina**. 2018. 344 páginas. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- MIRANDA, A.; CORICA, A. El vínculo entre la educación secundaria y el mundo del trabajo: tensiones entre su complementariedad y su mutua exclusión. In: DORE, R.; ARAÚJO, A. C; MENDES, J. S. (Org.). **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: Instituto Federal de Brasília, 2014. p. 293-315.
- SANTOS, T. A. **Evasão e permanência na educação profissional técnica de nível médio do PRONATEC no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais**. 2017. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Belo Horizonte, 2017.
- SENAC. DR MG. **Glossário educacional**. Equipe Técnica da Superintendência educacional. 3ed. Belo Horizonte: SENAC MG/SEMD, 2010, 48p.

YIN, R. K. Interviewing. In: YIN, R. K. **Qualitative research from start to finish**. New York: The Guilford Press, 2011. p. 132-142.